

# Mauro Cid vai ao STF para delação premiada; acordo depende de Moraes

— Ex-ajudante de ordens de Bolsonaro, oficial foi alvo de operação da Polícia Federal; teor das declarações só será conhecido se o pacto for confirmado pelas autoridades

PEPITA ORTEGA  
FAUSTO MACEDO  
MARCELO GODDY

Figura central em uma série de investigações que miram o ex-presidente Jair Bolsonaro, o tenente-coronel Mauro Cid compareceu na quarta-feira ao Supremo Tribunal Federal (STF) para confirmar que pretende fechar um acordo de colaboração premiada com a Polícia Federal (PF). A audiência pela qual o ex-ajudante de ordens da Presidência passou é de praxe. A lei que trata do instituto estabelece a necessidade de a Justiça ouvir o "interessado" na delação, acompanhado de seu advogado. Ou seja, o acordo ainda não está fechado — pode-se dizer que ele manifestou interesse em cooperar com a Justiça.

Apesar de as tratativas da delação avançarem, o teor das declarações prestadas pelo militar só poderão ser usadas nos inquéritos em trâmite no STF após o pacto ser homologado pela Corte máxima. As apurações das quais o aliado do ex-presidente Jair Bolsonaro é alvo são conduzidas pelo gabinete do ministro Alexandre de Moraes. A informação sobre o aceite, pela PF, da delação de Cid foi divulgada pela jornalista Andréia Sadi, da GloboNews, e confirmada pelo Estadão.

Calerá ao ministro, alvo de hostilidades do ex-presidente e de sua base aliada, decidir se dá andamento no procedimento da Polícia Federal à proposta de delação. Acompanhado por seu advogado, Cesar Bitencourt, Cid foi até o Supremo informar que quer colaborar com as investigações e que a Polícia Federal aceitou sua proposta de colaboração, mas o avanço das negociações depende de Moraes.

O instituto da colaboração premiada está previsto na Lei das Organizações Criminosas e estabelece que um colaborador — o que Cid almeja ser — "deve narrar todos os fatos ilícitos para os quais concorreu e que tenham relação direta com os fatos investigados".

O tenente-coronel é citado no inquérito das milícias digitais, na investigação sobre fraudes na carteira de vacinação do ex-presidente e na apuração sobre o suposto esquema de venda de presentes recebidos por

## Venda de joias

Caso arrastou as três forças para impasse

### General Cid

A operação Lucas 122, da Polícia Federal, aponta participação direta de homens do Exército em um "esquema internacional" de venda de presentes recebidos em viagens presidenciais. O general Mauro Cesar Lourena Cid, o filho dele, tenente-coronel Mauro Cesar Barbosa Cid (ao lado), o coronel Marcelo Câmara e o primeiro-tenente Osmar Crivelatti aparecem com destaque na operacionalização da venda dos itens. O general Cid foi membro do Alto Comando do Exército até 2019, quando foi para a reserva

### O almirante

Um dos principais personagens do episódio foi o almirante da Marinha Bento Albuquerque, ministro de Minas e Energia de Jair Bolsonaro. Em outubro de 2021, o pacote de joias presenteado pelo governo da Arábia Saudita ao ex-presidente estava em posse de um assessor dele quando foi retido no aeroporto de Guarulhos, na Grande São Paulo. Ao saber que a fiscali-

Bolsonaro enquanto chefe de Estado, as joias das arábias.

Alei também estabelece hipóteses em que o juiz pode reduzir ou até perdoar a pena do colaborador. As medidas podem ser aplicadas se ele identificar outros participantes da suposta empreitada criminosa ou descrever a "estrutura hierárquica" do grupo.

De outro lado, a análise da concessão de qualquer benefício leva em consideração a "personalidade do colaborador, a natureza, as circunstâncias, a gravidade e a repercussão social do fato criminoso e a eficácia da colaboração".

**BENEFÍCIOS.** Ao decidir sobre a homologação ou não da delação de Cid, Alexandre de Moraes deverá seguir uma série de aspectos, também definidos em lei, como a adequação dos benefícios propostos a Cid e os



O tenente-coronel Mauro Cid: braço direito do ex-presidente

zação apreendeu o item, o ministro retornou à área da alfândega e tentou liberar os itens com a Receita Federal

### Avião presidencial

Em dezembro do ano passado, horas antes da passagem de cargo para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Jair Bolsonaro saiu do Brasil. De acordo com as investigações da Polícia Federal, apresentadas na Operação Lucas 122, ele (acompanhado de assessores, entre eles Mauro Cid) levava consigo bens que seriam objeto da tentativa de venda. A saída do então presidente do País também se deu pelas asas da Aeronáutica, como é praxe nos deslocamentos aéreos do presidente da República

resultados da colaboração. Também terá de ponderar sobre a "voluntariedade da manifestação devotada" do militar, em especial considerando que o tenente-coronel está preso desde maio.

Desde a entrega da proposta de delação, as partes devem estabelecer um pacto de confidencialidade, por isso não se sabe o teor das confissões feitas por Cid. O militar é peça chave em todas as investigações que respingam no ex-presidente Jair Bolsonaro. E poderia esclarecer o papel dele e de outros atores — militares, políticos e integrantes da entourage do ex-presidente — em cada uma das investigações conduzidas pela PF.

Ele está detido desde o dia 3 de maio em uma unidade do Exército, após ter a prisão preventiva decretada por Moraes na investigação sobre a falsificação de carteiras de vacinação

contra a covid-19. Em seguida, ele e seu pai, o general Mauro Cesar Lourena Cid, foram alvos de buscas em razão dos supostos esquemas de venda de joias da Presidência no exterior. A PF ainda obteve áudios e cópias de mensagens trocadas pelo tenente-coronel sobre esses casos conversas dele com interlocutores militares sobre atos golpistas e ataques contra as urnas eletrônicas.

Cid esteve ao lado de Bolsonaro em entrevistas, lives e reuniões, e foi o chefe da Ajudância de Ordens da Presidência da República e o braço direito de Bolsonaro nos quatro anos do governo passado.

O oficial do Exército participou diretamente do caso das joias desde os primeiros passos, como revelado pelo Estadão. No fim do governo, ele despachou um auxiliar para tentar resgatar um kit de joias que a casal Jair e Michelle Bolsonaro receberam do governo da Arábia Saudita. As joias tinham sido retidas pela Receita Federal no aeroporto de Guarulhos.

**MILITARES.** Oficialmente, o comando do Exército decidiu não se manifestar sobre esse movimento da defesa do tenente-coronel. Primeiro porque o caso se encontra na esfera jurídica do STF. Depois porque os fatos não investigados não aconteceram dentro dos muros da instituição verde-oliva.

Para militares que acompanham o desdobramento do caso no quartel da Força Terrestre, a decisão de Cid de colaborar com a PF para colaborar com as investigações revelaria uma situação parecida com a vivida no passado durante a Operação Lava Jato.

Uma possível delação estava no horizonte das conversas deles já no começo da semana. Na tarde de ontem esses mesmo militares se faziam algumas perguntas. A primeira era sobre quais os meios de prova Cid ainda disporia para corroborar a sua delação que a PF não tenha conhecimento?

Traduzindo: existiria algum celular, pen drive ou HD externo escondido com novos documentos e fotos que os federais desconhecem em poder de Cid ou de sua família que possam esclarecer o papel dos envolvidos e o alcance dos delitos co-

metidos? Quase ninguém acredita nessa hipótese.

O mais provável, segundo os militares consultados, é que Cid tenha informações e de seu depoimento sobre os papéis de cada um nas tramas investigadas por Moraes, principalmente, o do ex-presidente Bolsonaro. Há ainda quem acredite que a ação de Cid serviria para obter o compromisso de que seu pai, o general Mauro Lourena Cid, fique livre de qualquer acusação.

O desconforto com as investigações e a forma como elas atingiam as instituições fez com que parte da cúpula do exército acredite que a situação atual é pior para a imagem da Força do que aquela vivida no fim do regime militar, com a inflação e o desgaste político vividos pelos governos do general João Batista Figueiredo.

**CONSELHO.** Por fim, há outras dúvidas que uma delação de Cid suscita entre os militares. O acordo poderia servir para isentar acusados da perda de posto e patente, desobrigando-os de serem submetidos a um conselho de justificação? Este conselho é uma espécie de tribunal de honra que declara se o oficial é digno ou indigno do oficialato.

**Alcance**  
Não se sabe ainda se um possível acordo do tenente-coronel incluiria o pai do oficial, o general Cid

Militares condenados a mais de dois anos de prisão são automaticamente desligados do Exército. Cid poderia colaborar com a Justiça e obter em troca a preservação do posto e patente? Se um acordo assim for homologado pelo STF, ele teria de necessariamente ser cumprido pelo Superior Tribunal Militar (STM).

Por fim, acredita-se entre os militares ouvidos pela reportagem que, ao fim, a decisão da defesa de Cid pode servir para abreviar seu caso e encurtar ainda a agonia da instituição, desgastada a cada novidade encontrada pela PF. Os generais ouvidos aguardam o surgimento dessas respostas para que tudo fique mais claro. ● COLABOROU GABRIEL DE SOUSA

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

Seção: Política Caderno: A Pagina: 6